



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.
ENERGISA.

EM: 19.02.2020

Início: 14H27MIN

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

VICE-PRESIDENTE: SR. ISMAEL CRISPIN

RELATOR: JAIR MONTES

MEMBRO: SR. CIRONE DEIRÓ

SR. ADELINO FOLLADOR

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sob a proteção de Deus declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas contra os consumidores de energia elétrica no Estado de Rondônia. Aos dezenove dias do mês de fevereiro de 2020.

Registrar a presença aqui do nosso Vice-Presidente Deputado Ismael Crispin, também o nosso Deputado membro efetivo Adelino Follador; também o nosso Relator da CPI, Deputado Jair Montes; e registrar toda a equipe aqui presente Dr. Arthur, Anderson (Nãnan), Dr. Doca e a toda equipe que nos acompanha nesta CPI, os funcionários da Casa o nosso muito obrigado.

Registrar e já convidar o nosso grande amigo Sérgio Muniz, parabéns pelo grande trabalho, para se fazer presente junto conosco à Mesa. Eu quero registrar também em nome de toda a população aqui, os Vereadores presentes aqui, o Vereador Tim, do Republicano, de Cacoal, muito obrigado; registrar também a presença agora do Deputado Cirone Deiró, do município de Cacoal e também registrar o Danielzinho, Vereador de Buritis, um trabalho excelente em Buritis no qual eu cumprimento a todos.

Justificativas. Temos aqui uma justificativa do Deputado Edson Martins, que não pode estar presente, é a única justificativa aqui presente.

Solicito nos termos do Inciso 1º, art. 45 do Regimento Interno, que proceda a leitura da Ata da reunião anterior.

Convido o nosso querido amigo Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - Senhor Presidente eu vou pedir a dispensa da leitura da Ata.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Está dispensada.

Passo a palavra agora para os ilustres Deputados.

A palavra fica livre ao nosso querido amigo, Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde Presidente, boa tarde Vice-Presidente, Deputado Ismael Crispin; nosso Relator Deputado Jair Montes, nosso Deputado Adelino Follador, membro desta Comissão; Dr. Sérgio, Dr. Arthur, Dr. Doca, que se fazem presentes aqui, estamos aí retomando um tema de suma importância para o Estado de Rondônia essa CPI da Energisa que é um clamor estadual. Então iniciou-se esse trabalho lá o ano passado aí no período do recesso ficou suspenso e agora nós retomamos. Pegar todo esse material que foi recolhido, fazer essas análises desse material e dar um resultado positivo para o povo rondoniense. Nós temos que demonstrar para o povo rondoniense que esta CPI já deu resultado e dará o resultado que o povo tanto pede; o respeito ao povo de Rondônia pelas Leis aqui estabelecidas por esta Casa; o respeito do atendimento dessa empresa ao povo rondoniense e acima de tudo o cumprimento do que aquilo que foi acordado na compra da nossa CERON, que é uma dívida de mais de R\$ 1 bi e 700 com o Estado de Rondônia que precisamos que essa empresa cumpra o papel dela.

Quero aproveitar o ensejo, cumprimentar aqui o Vereador Tim da nossa cidade de Cacoal; o vereador Serjão, da cidade de Parecis, aqui presente; em seu nome, vocês dois, os demais vereadores; cumprimentar o nosso prefeito Luiz, do Município de Parecis; e cumprimentar aqui o Dr. Hélio, que vem lá do Espírito Santo, está aqui presente, nos prestigiando nessa audiência da CPI da Energisa. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Agradecer também a Dra. Mariana, que representa aqui a empresa Energisa. Seja sempre muito bem-vinda. Também presente, chegou agora aqui, uma honra receber aqui o prefeito de Guajará-Mirim, nosso amigo Noronha. Bem-vindo, Noronha.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Noronha, o eterno presidente da Associação Comercial e da FACER. Seja bem-vindo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra agora o nosso nobre relator, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Presidente Alex Redano, para mim é uma satisfação muito grande estar aqui com os pares, em especial Vossa Excelência, eu estava com muita saudade de Vossa Excelência. Meu amigo Deputado Crispin, parece que cresceu cabelo do lado, não é? Meu amigo Deputado Cirone Deiró. O nosso reserva, que é o suplente de luxo, Deputado Follador, ficou mais titular do que suplente. Parabéns, Deputado Adelino Follador. Praticamente participou de todas as reuniões que nós tivemos aqui. Está de parabéns. O Dr. Nãnan; Dr. Doca; Sérgio; o nosso amigo Arthur, irmão do Matheus, Procurador desta Casa; a todos os servidores da Casa; aos jornalistas, que cobrem essa nossa CPI, que têm dado uma divulgação para todo o Estado; aos prefeitos que estão aqui, Noronha, em especial Noronha, em seu nome cumprimento os outros prefeitos, Luiz; vereadores; a própria advogada da Energisa. Deixar bem claro que a Energisa não é inimiga nossa. Hoje nós estamos aqui trabalhando em prol do povo de Rondônia, e você trabalha em prol da empresa. Mas aqui, a gente, como deputado, procura

buscar harmonia entre a empresa concessionária e os clientes, que são os consumidores do Estado.

Eu fico feliz, porque essa CPI andou em muitos municípios. Andou nos 52 municípios por conta dos Deputados que andam e também vão ouvindo as suas bases. Mas, nós já tivemos o privilégio de fazer algumas reuniões, a CPI da Energisa em alguns municípios, inclusive em Guajará-Mirim, da qual o Noronha participou. E foi muito bom, não é, Noronha? Eu tive a oportunidade de ir a Guajará há duas semanas, inclusive, visitei o prefeito. E na minha ida a Guajará, eu tive que entrar em um cortejo de carros da Energisa, que eles estavam fazendo uma operação em Nova Mamoré e Guajará-Mirim. E não se deram muito bem, porque eu cheguei naquele momento lá, viu, Dra., e acabei orientando o povo de Guajará-Mirim, que o povo de Rondônia tem leis que amparam o consumidor, que amparam a pessoa que tem ali a sua energia e muitas vezes a Energisa chegava de qualquer jeito, sem notificação, sem prévia notificação, sem comunicar, "vou vistoriar, vou tirar"; e eu falei: "se agarra com o cara da Energisa". Só não pode brigar, mas, se agarra com ele. E se agarra com o seu relógio". Ninguém pode mexer no seu relógio sem prévia notificação. Não façam o que fizeram aqui, que acabaram, infelizmente, matando um pai de família. Infelizmente. Então, aquilo é um criminoso. Tem que pagar por aquilo que ele fez, porque o servidor, o colaborador da Energisa é um trabalhador, ele recebe ordens. Mas, as ordens têm limites, elas têm leis. Então, nós, como Deputados que fizemos as leis, o Governador sancionou essa lei, que está vigente, e aqui está a Dra. da Energisa, que sabe muito bem, a Energisa já entrou na justiça e até agora não temos resultado algum. Então, é lei, e, lei tem que ser cumprida.

A Energisa não pode chegar à sua casa de qualquer jeito, sem notificação, fazer corte, vistoriar, mexer no seu relógio, não pode. Então, as pessoas estão hoje, graças à imprensa, à mídia, as pessoas hoje, e a própria Defensoria que está aqui conosco, então graças a Deus hoje ainda existem cobranças abusivas, mas, está existindo hoje, o cidadão está mais orientado, viu, Deputado Crispin, mais orientado naquilo que ele tem de seu direito, o direito do consumidor. E tem que ser respeitado.

E a gente retorna hoje com a CPI com todo o gás; eu estou aqui com o gás todo. Eu estou igual ao Deputado Aécio da TV, correndo 10 km por dia; vai de bicicleta, ele vai a pé; e a gente está preparado, viu, Deputado Follador, para que nós possamos fazer o encerramento com chave de ouro da nossa..., as últimas oitivas, Deputado Alex Redano, Presidente, nós queremos ouvir a Bancada Federal em uma Audiência Pública junto com a ANEEL, aqui em Porto Velho, aqui no Estado de Rondônia, e por final ouvir os donos da Energisa, os diretores da Energisa, para encerrar, para que possamos emitir assim esse relatório.

Eu sei da ansiedade dos municípios. E eu falava isso para o Noronha. Quem aguentou 5 anos, 6 anos, 4 anos, o ano passado, doido para receber aquele recurso que a Energisa queria pagar, e aguentou até agora, aguenta mais um pouquinho. Eles vão pagar. Eles queriam pagar R\$ 735 milhões; já está em R\$ 1 bilhão e 100 judicializado, e daqui a pouco judicializa quase mais R\$ 1 bi; então vai chegar perto de R\$ 2 bilhões. E esse dinheiro é do povo de Rondônia, que vai para os municípios e para os Poderes. Ninguém vai aceitar migalha, não. A Energisa, quando chega à sua casa, ela cobra tudo que você deve e aqui não vai ser diferente, tudo o que ela deve também, tem que pagar. Então, Deputado obrigado, obrigado aos Deputados; estou

muito empolgado, estou muito feliz porque eu vejo que esta CPI deu resultado e dará muito mais ainda e dará muito mais resultado. O Estado tem que ser respeitado, a empresa vem para cá fazer investimentos, está começando a fazer investimentos, meio que ainda devagar, mas, eu acho que vai fazer mais investimentos no Estado, mas, o povo de Rondônia, Deputado Adelino Follador precisa de respeito, respeito. Nós não podemos ver pais e mães de famílias chorando, sendo humilhados; isso não. Hoje está tão difícil, você tem uma energia cara, tem um combustível a R\$ 5,00 o litro, o que é mais barato é a água hoje, que também é caro, mas é o que a gente está podendo beber, é água por enquanto, mas, daqui uns dias nem isso a gente vai poder. Então, vamos chegar aonde? Em que lugar chegaremos? Então, eu quero aqui agradecer esta Comissão de Deputados que foi montada, foi um presente de Deus que nós ganhamos. Deputado Crispin; tenho aprendido muito com o Deputado Crispin, quase advogado, falta só passar na OAB se não já passou, não é? Deputado Alex Redano, sereno, calmo, amigão, tranquilo. Deputado Cirone quase padre, Deputado Cirone já mais agitado, não é Deputado Cirone, mas, é bem ponderado e o nosso amigo Deputado Adelino Follador que tem muito conhecimento, então, a gente aprendeu muito. E os advogados que nos ajudam; a Defensoria que está nos ajudando muito também, e, eu tenho certeza que nós teremos grandes resultados e que a Energisa aos poucos vai entrando no ritmo que é para entrar de atender bem o povo de Rondônia. No mais muito obrigado e que Deus nos abençoe.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - a palavra fica livre aos nobres Deputados. A palavra fica livre ao Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Cumprimentar aqui o Deputado Alex Redano, o Presidente desta Comissão, desta CPI, também o nosso Relator Deputado Jair Montes, o Vice-Presidente Deputado Crispin, nosso amigo, também Deputado Cirone, de Cacoal, nosso amigo, parabenizar pelo trabalho que vem fazendo a frente da CPI. O pessoal da Defensoria Pública, os advogados, o pessoal da equipe que tem assessorado, dizer que já melhorou bastante, pelo menos hoje os órgãos também, nós temos que depois de terminar tudo isso, acompanhar o PROCON, ver como está andando, se está fazendo o seu papel, nós sabemos que a Polícia Civil, a Polícia Militar, todo mundo, os órgãos, o IPEN, depois que levantamos muitos problemas nesses órgãos, e agora depois de terminar esta CPI, aquilo que é do Estado nós temos que acompanhar passo a passo para ver se foi consertado o que precisa consertar, mas, com certeza melhorou bastante as reclamações, nós que começamos, e eu venho aqui participando desta Comissão sempre que eu posso, porque a gente viu a clamação, Deputado Alex, você viu lá em Ariquemes desde o começo, antes até de se criar esta CPI, nós nos reunimos com o Marcos Rogério, nós provocamos lá que criasse uma Comissão em Brasília também, e agora a bancada federal, o Senado e a Câmara dos Deputados têm que estar juntos agora. Agora, a hora que nós fecharmos estes relatórios, aí depende muito do trabalho deles também, porque eles têm a faca e o queijo na mão, para levantar todas as necessidades. Então quero cumprimentar o Prefeito Noronha e em seu nome e de todos os prefeitos que se empenharam também trazendo as denúncias, os vereadores que ajudaram, que estão ajudando e para nós é um prazer poder colaborar. Essa questão desta Energisa, tem um investimento de 408 milhões que deveria fazer até 2021, mas, nós não estamos vendo eles tirarem os pés do chão, Deputado Jair, Deputado Alex, já eram para estar essas obras..., nós

precisamos, eu sei que tem previsão, mas, 2021 chega lá e a gente não vê essa vontade que eles tem de patrolar, de desrespeitar a população, de cobrar, eles deveriam ter a mesma vontade, Deputado Cirone, de investir naquilo que é a obrigação deles. Nós temos aí que levar a energia para Cujubim, levar a energia para Buritis, levar a energia para Machadinho, as redes, reforçar as redes, tem gente aí, tem escolas que estão sem energia, os ares-condicionados não funcionam, Campo Novo, Montenegro, Alto Paraíso, já foram lá dez vezes, prometeram. Agora prometeram lá em Cacaulândia que ia ter uma fábrica de ração, os chacareiros parados, falaram que iam fazer investimento, a Prefeitura participaria R\$ 28 mil, agora eu chego lá e diz que não, tem que pagar R\$ 74 mil. É tudo colocando nas costas do povo, então nós precisamos que ela cumpra os compromissos dela, ela comprou por R\$ 50 mil, 50 e poucos mil reais porque ela taxou, assumiu o ônus e o bônus, ela tem que investir, ela tem que fazer acontecer às coisas. Então, quero parabenizar a todos as pessoas que participam que ajudam nesta CPI, eu tenho certeza que colaboraram muito e ainda vão colaborar. E nós estamos aí junto, Deputado Alex, naquilo que estiver ao nosso alcance. Agora, hoje de manhã teve uma reunião na AGERO, outros assuntos, e fiquei sabendo que o Governador já está analisando para assinar o convênio com a ANEEL, AGERO com a ANEEL. Então, isso é um pré-convênio, é um convênio, que ainda não é na fiscalização, mas, são etapas que vão ter que ser cumpridas, então, com certeza, é um passo muito importante, provocada pela CPI, que agora está dando resultado. E tem que estruturar a AGERO, porque não adianta colocar a AGERO, também, trazer o problema para cá e não ter estrutura para poder fazer aquilo que precisa fazer.

Então, tenho certeza que as coisas estão andando e vão andar cada vez mais. Tomara que o Governador assine logo

isso, para que a gente consiga proteger mais a população daquilo que eles têm direito. E se tiver alguém que está errado..., esses dias me colocaram numa situação, querendo dizer que têm pessoas que têm culpa e que está errado. Eu não estou protegendo ninguém errado não. Quem fez gato, quem roubou tem que responder. Nós estamos defendendo, agora não pode generalizar todo mundo, dizer, assim, que todo mundo está roubando, desrespeitar todo mundo. Exige que aqueles que devem, paguem. Mas, quem não deve não têm que pagar.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Só uma contribuição aqui, que foi muito bom o senhor lembrar e é um trabalho nosso, de CPI, graças a Deus, aquela ida nossa à Brasília e aquela nossa reunião, aquela audiência que fizemos em Brasília com a Bancada Federal e a ANEEL. A AGERO, o advogado da AGERO foi à reunião e dali nós conseguimos um trabalho nosso, em conjunto, conseguimos junto a ANEEL, que a ANEEL fizesse esse convênio com a AGERO. Como vai funcionar esse convênio? Ele vai funcionar no mesmo molde que funciona o INMETRO com o IPEN. Então, esse ano, logo que o Governador assinar é o primeiro ano, no segundo ano de 2021, que é ano que vem, 2021, a AGERO terá a mesma estrutura que tem o IPEN. Então IPEN, INMETRO, AGERO e ANEEL. E a ANEEL, a AGERO/Rondônia vai poder multar a empresa de concessionária, vai poder multar, poder de multa. Fiscalizar e tudo e multar, multar lá, multar grana. Igual a empresa de Goiás fez lá com a ANEEL, acho que é ANEEL lá em Goiás. Então multa pesada. Então é um trabalho em conjunto nosso. Agora, o que o Governo do Estado tem que fazer: reestruturar a AGERO, deixar a AGERO mais encorpada, com fiscalização, aí dá para entrar, até o laudo dá para ir para lá, para fazer os laudos de relógio. Aí tem sim, de fato e direito uma agência reguladora mesmo no Estado de

Rondônia que será a AGERO. Então é uma grande vitória, é uma grande vitória. E parte dos recursos será bancado pela ANEEL Nacional, a ANEEL Nacional vai bancar a AGERO, parte dos recursos. O Governo vai ter uma parte de pagar salário, alguma coisa, mas vai ter uma parte de recurso vindo para a AGERO/Rondônia. Então uma é vitória gigante, Deputado Crispin, o trabalho que nós fomos lá à Brasília, juntamente, com a Bancada Federal e conseguimos essa grande vitória. Falta só o Governo do Estado agora assinar esse convênio entre ANEEL e AGERO.

O SR. CIRONE DEIRÓ - E só para ressaltar a palavra aqui do Deputado Jair Montes e aos demais órgãos do Estado, a AGERO se organizando para essa regulamentação, para fazer cumprir tudo que a ANEEL determina para a Energisa, o PROCON que voltou a funcionar, o próprio IPEM que voltou a funcionar com esse convênio que tinha, que esta Casa recomendou que não tivesse mais esse convênio com a Energisa. E os órgãos estaduais, além das leis que foram propostas por esta Casa estão funcionando no Estado de Rondônia. Então já tem um resultado positivo, que partiu aqui da CPI da Energisa.

E sobre o Deputado Adelino Follador nas questões das escolas, eu sei que a Dra. Mariana sempre anota as demandas, nós temos da Escola Josino Brito, lá em Cacoal, que é uma Escola Integral, que faz mais de 60 dias que pediram a ligação dessa energia e não ligam. Ontem mesmo 08:30 da manhã tiveram que dispensar os alunos, porque não ligam a energia da Escola. Então, a Dra. por gentileza, Escola Josino Brito, no município de Cacoal.

E, é a grande demanda, quando a gente pede respeito ao povo de Rondônia; nós estamos pedindo respeito no atendimento. A pessoa liga no 0800, nós temos uma demanda lá de Mirante da Serra, a pessoa ligou no 0800 dez dias,

perdeu o leite, perdeu a toda a produção dele, porque não teve um resultado para bater uma chave.

Então a gente precisa desse respeito com o povo de Rondônia. É um simples atendimento, já está bem estruturada a Energisa do Estado, ela já contratou várias terceirizadas. Então precisa organizar esse 0800, esse pronto atendimento deles que está muito mal aqui no Estado de Rondônia. Nós não podemos permitir que continue dessa maneira. Então é um pedido nosso aí para a Doutora. Eu sei que têm vários casos que ela anota e tem dado um resultado positivo, e tem cobrado e a Energisa tem feito o trabalho. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Senhores Deputados. Passo a palavra, agora, para o Excelentíssimo Senhor Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, Deputado Alex Redano, nosso Relator nesse processo, o Deputado Jair Montes, Deputado Cirone Deiró, Deputado Adelino Follador e aproveito a oportunidade para dar boas-vindas a este novo momento após o recesso parlamentar; o Dr. Arthur, Procurador aqui da Casa; o Dr. Sérgio Muniz, da Defensoria Pública; os colegas que nos assistem cotidianamente aqui nos trabalhos da CPI; o público presente. Cumprimentar a Dra. Mariana, que aqui representa a Energisa. E dizer que nós, após o recesso, nós temos uma obrigação de retornar os trabalhos e, como nós não concluímos esse processo ainda em 2019, há necessidade de retornarmos ele agora, caminhar para a conclusão desse processo, que é importante e de uma expectativa muito grande para os rondonienses. A gente

precisa chegar a uma conclusão. Há um grande embaraço no sentido de que a maioria dos rondonienses de fato esperam que esse processo, o nosso trabalho aqui, venha reduzir de repente a taxa da energia elétrica em Rondônia. Quero ressaltar que não é esse o foco da CPI. Mas, mesmo assim, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia logrou êxito ainda em 2019 com um trabalho em conjunto, não somente da CPI, mas, um trabalho realizado pela Assembleia Legislativa. E aí faço questão de trazer à memória dos senhores a participação da reunião da ANEEL do nosso Presidente da Casa, o Deputado Laerte Gomes, que, em explanação no Plenário da Reunião, fez uma defesa em prol do Estado de Rondônia, quando a pauta era de fato o aumento da tarifa de energia elétrica para o Estado de Rondônia. Isso em novembro, e logo após nós teríamos ainda outro aumento em dezembro. E o trabalho dos Parlamentares da Assembleia aqui do Estado de Rondônia, a intercessão também da nossa bancada federal, fez com que não só o aumento de novembro não fosse concedido, como também o de dezembro. Então, nós conseguimos nesse contexto não permitir..., não foi baixar a tarifa de energia elétrica de Rondônia, mas, não permitir que houvesse mais aumentos. Mas, é importante que nós tenhamos a consciência de que nós temos alguns fatos elencados aqui pelo Plenário da Casa, aprovado no Plenário, e que é por ele que nós caminhamos. A nossa busca, a nossa investigação está dentro desses fatos certos e determinados, aprovados pelos parlamentares da Assembleia Legislativa de Rondônia. E é esse o nosso cuidado: trazer um resultado dentro daquilo que nós colocamos para ser permeado, para ser investigado. Entendo que os consumidores do Estado de Rondônia, por tudo que vejo, Deputado Jair Montes, nos registros da Casa, trouxeram sim informações a esse respeito, e aí cabe aqui registrar: por exemplo, era um questionamento naquele momento, a substituição do

medidor sem a presença do consumidor. A empresa chegava, substituía o relógio medidor, e quando o consumidor chegava, o relógio já estava substituído. Daqui a pouco, vinha a questão da multa. Então, tudo isso trouxe o consumidor para a relatoria. E nós vamos acabar entendendo no momento oportuno, quando ouvirmos a outra parte, que nesse caso é a Energisa, dar a sua defesa, nós vamos conseguir entender se houve crime ou não. Mas, mais adiante, se a gente for observar, temos outra questão, que é a da Lei 1783, de 2007, que trata do não interrompimento do fornecimento de energia elétrica nos finais de semana e véspera de feriado. Acredito, e assim pelo menos foi o que a gente ouviu, tem relatos e provas desses atos aqui na Comissão. Em posse disso, o relator da Casa. Então, tudo isso... Eu estou falando isso para entender o que é que de fato nós estamos buscando esclarecer. Os crimes, os abusos praticados estão onde? Estão dentro desses fatos determinados que eu estou citando aqui. Então, essa é a nossa busca. Nós avançamos muito, a Assembleia Legislativa de Rondônia avançou muito no sentido de emitir norma. Nós estamos fazendo alguns enfrentamentos. E, Presidente Alex, se depois o Dr. Arthur tiver essa oportunidade de falar a respeito, seria muito importante. Nós estamos fazendo enfrentamento nos tribunais em razão das normas emitidas por esta Casa, que a Energisa faz o seu enfrentamento e nós respeitamos isso. Agora, nós, enquanto parlamentares, temos uma missão, que é representar o povo de Rondônia, fazer uma defesa do povo de Rondônia. E essa defesa precisa ser feita à altura, dar a resposta à altura e com clareza. A minha grande preocupação desde o início sempre foi não confundir esse consumidor, para que ele tenha a noção clara, exata do que está sendo defendido por esta Comissão. Então, nós voltamos ao trabalho. Eu digo sempre que nós precisamos ter, primeiro, agradecer a Deus sempre, a saúde, a coragem

e a determinação de encontrar solução para os problemas que são apresentados para os rondonienses.

Dessa forma, Presidente, mais uma vez, me coloco à disposição naquilo que for necessário. Eu acho que o enfrentamento merece um pouco mais de ousadia da nossa parte, uma voz, de repente, um pouco mais alta e até áspera, se for o caso, porque a defesa que aqui se faz não é do mandato parlamentar, a defesa que aqui se faz, é do povo do Estado de Rondônia.

Muito obrigado Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns Deputado Ismael Crispin. A palavra está livre ao nosso amigo Dr. Arthur, ao Dr. Sérgio também.

O SR. ARTHUR FERREIRA VEIGA - Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar os nobres Deputados, desejar-lhes um excelente ano legislativo e comunicar que a Advocacia da Assembleia está à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Nobres Deputados, eu tenho a informar aqui que, apesar do recesso parlamentar, aconteceram algumas questões judiciais chegaram à Advocacia da Assembleia. Entre elas, posso dizer aqui que, extraída da CPI, foram sancionadas três leis estaduais a respeito, sobre direito do consumidor e energia elétrica. Então, a Associação Brasileira de Energia Elétrica, que ela está presente em todos os Estados do Brasil, ingressou com três Ações Diretas de Inconstitucionalidade das leis estaduais aqui sancionadas: da Lei 4.660, que dispõe sobre o corte do fornecimento de

energia elétrica sem notificação; 4.661, que proíbe a concessionária de cobrar a tarifa mínima e a 4.659, que impõe o dever do consumidor à realização das trocas dos medidores de energia elétrica, ou seja, tem que informar o consumidor antes para realizar a troca do medidor.

Pois bem, a Associação fez um pedido cautelar para suspender as três leis. Ainda está pendente de análise no âmbito do Tribunal de Justiça e o TJ solicitou informações para a Assembleia. Até, eu fiquei responsável pela peça processual e na minha peça eu vou elencar aqui os principais pontos que eu argumentei a respeito da constitucionalidade, porque na minha visão, todas as três leis são constitucionais; tanto formal como materialmente.

A primeira, as três normas aqui elas dizem a respeito de direito do consumidor e não sobre energia elétrica. Energia elétrica é competência federal. Esse é o primeiro ponto. Então, a competência para legislar, nós temos, seria uma competência concorrente.

As normas estão em consonância com as resoluções da ANEEL. Tanto que nas justificativas dos projetos de lei há essa referência, principalmente da Resolução 414 da ANEEL, todas as leis estão de acordo com essa resolução e aquilo que a Resolução não compreendeu, ou seja, não tem no seu texto e que aqui, digamos, foi uma inovação, por ser competência concorrente, se a União não legisla, o Estado tem competência legislativa plena para legislar. Inclusive, para aumentar as garantias do consumidor. Depois, as normas estão em consonância com o Superior Tribunal de Justiça, por quê? Principalmente em relação ao corte do fornecimento de energia elétrica que proíbe o corte dos débitos passados de 90 dias. Então, tudo o que a legislação estadual fez foi simplesmente se adequar tanto às resoluções da ANEEL como às jurisprudências sobre o tema. E aquilo que não foi

colocado pela União pode ser tranquilamente colocado pelo Estado de acordo com a matéria.

Por fim, quanto à questão da tarifa mínima, também foi colocado que por se tratar de tarifa e não taxa, a tarifa só pode ser cobrada pelo seu uso efetivo, ou seja, se você usa, cobra-se tarifa; se não usa, não há essa possibilidade de cobrança; diferente da taxa; por exemplo, uma taxa de lixo, se o caminhão não estiver à disposição e mesmo se o consumidor, em tese, não usar, pode vir a ser cobrado. Então essa tarifa mínima é aquela que proíbe, por exemplo, uma residência que não há morador, um estabelecimento abandonado, de ter que todo mês ficar cobrando aquela tarifa e não ter sido utilizada a energia elétrica, porque é um fator interno da Energisa disponibilizar energia elétrica e não repassar para o consumidor. Esses foram os pontos principais que foram colocados nessas três Ações Diretas.

E depois, até chegou e saiu notícia, foi o Mandado de Segurança em que o Presidente do IPEN impetrou contra o Presidente, no caso, a autoridade co-autora seria o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, para manter a validade daquele contrato decorrente do pedido aqui feito pela Assembleia, daquela Recomendação Legislação nº 03 para suspender aquele contrato de prestação de serviços. Pois bem, os principais argumentos aqui; acredito que o Presidente, de maneira açodada, na minha visão, apressada; ao invés de..., inclusive, está no Regimento Interno, na parte de Recomendação, que quando a Assembleia emite uma Recomendação, o destinatário tem toda possibilidade de apresentar uma justificativa escrita e nem isso ocorreu. Preferiram ingressar diretamente com uma ação judicial. Pois bem, dos argumentos, ficou restado o seguinte: a Recomendação, por não ter caráter

vinculativo... à Recomendação por ter um caráter não vinculativo, ou seja, é apenas uma Recomendação mesmo como o nome diz, não ensejaria uma lesão ao direito do IPPEM. Esse seria o primeiro ponto que já estaria suprimido o mandado de segurança.

Caberia ao Presidente do IPPEM disponibilizar cópias do contrato, o que não ocorreu na época em que ele esteve aqui e disse que ia disponibilizar cópias e não disponibilizou, e apenas apresentou esse contrato judicialmente. Também não esclareceu a origem, nem os efeitos desse contrato. E argumentei que os Deputados, por não terem ciência desse contrato, até por uma questão de cautela e sem maiores informações, pediram, fizeram essa Recomendação para que, justamente, viesse à tona esse tipo de contrato que foi realizado entre o IPPEM e a Energisa.

Depois, constei também, que poderia sofrer crime de responsabilidade, o Presidente do IPPEM quanto à natureza, me lembro bem que o Deputado Ismael Crispin, comentou aqui, que pela natureza do IPPEM não poderia haver essa prestação de serviço. Por quê? Porque já está na Lei, para começar, já está na Lei, que teria que fazer essa função de medição. Então receber para fazer a função descrita na Lei, que já, em tese; depois, é uma autarquia. Autarquia é uma pessoa de direito público, não possui caráter econômico. Essa é uma das principais funções da autarquia. Se não possui caráter econômico, não pode haver, em tese, um contrato de repasse de valores, principalmente com empresa privada. Quem banca o IPPEM é o Estado de Rondônia, em tese.

Depois, o IPPEM, muito se assemelha ao INMETRO. O IPPEM no âmbito estadual é o que é o INMETRO no âmbito federal. Se o INMETRO, ele hoje, já está equiparado a uma agência reguladora, o que pode ser argumentado aqui, é que, como é que a empresa fiscalizada pode; fiscalizadora, pode fazer

um contrato com uma empresa..., como é que a autarquia fiscalizadora pode fazer um contrato com a empresa fiscalizada? O que nos leva a crer, a questão dessa teoria da captura também. A gente poderia falar sobre isso, que é quando a entidade privada, a entidade pública começa a tomar decisões para beneficiar a entidade privada. Aqui é só levantando um questionamento, não afirmando que isso está acontecendo.

E para concluir, senhor Presidente, eu acabei ressaltando também todas as nuances e todos os progressos que foram feitos no âmbito da CPI. Por exemplo, que os relógios marcam 40% a mais no medidor; que o consumidor não é comunicado da medição, na hora da medição e não é enviada a cópia. Aqui eu queria fazer um parêntese, porque é o seguinte, aqui é o principal motivo que eles alegaram para manter o contrato, que é o seguinte: argumentaram que no âmbito judicial o TJ não estava aceitando as perícias realizadas fora do Estado. Por exemplo, a Energisa encaminhava esses relógios para Minas, para São Paulo, só que judicialmente, quando um consumidor entrava contra a Energisa, o TJ não estava aceitando. Por isso eles fizeram esse contrato, sob o fundamento deles. Ocorre que, como ficou constatado aqui, os consumidores não são notificados para estarem presentes na hora da medição. Então não tem qualquer sentido o argumento deles para manter válido o contrato.

O SR. JAIR MONTES (Relator)- E também ficou sabendo que, o que o IPEN faz aqui, ele não faz laudo. Ele só faz relatório.

O SR. ARTHUR FERREIRA VEIGA - Exatamente!

O SR. JAIR MONTES (Relator)- A gente não sabe como enganaram a Justiça por muitos anos aqui em Rondônia.

O SR. ARTHUR FERREIRA VEIGA - Foi mesmo! E aí, concluindo, o Presidente do IPÉM também argumentou que haveria uma possibilidade de responsabilização no âmbito do Ministério Público. Mas, nós sabemos que o relatório concluído, tudo vai ser encaminhado justamente para o Ministério Público. Então, havendo alguma irregularidade, o normal é justamente o Ministério Público apurar tais irregularidades no âmbito do IPÉM. Então não é uma justificativa para a impetração do mandado de Segurança.

Para finalizar o Mandado de Segurança está pendente de julgamento agora, mas, as informações foram apresentadas dessa forma. Obrigado Deputado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS - Para colaborar, Doutor, a liminar não foi concedida.

O SR. ARTHUR FERREIRA VEIGA - Exatamente, a liminar não foi concedida, agora está sob o mérito do julgamento para aguardar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito. Com a palavra representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia o Dr. Sérgio Muniz, mas, antes quero fazer novamente um agradecimento a Defensoria. Recebi inúmeros pedidos de socorro e nós sempre encaminhamos para a

Defensoria e depois recebemos inúmeras, WhatsApp, Facebook, mensagens de agradecimento, grande parte desses problemas a Defensoria tem tido um bom resultado, então meus parabéns a Defensoria Pública do Estado de Rondônia em nome do nosso amigo Sérgio Muniz, agora com a palavra.

O SR. SÉRGIO MUNIZ - Boa tarde a todos, boa tarde aos presentes, especialmente ao amigo Presidente desta CPI, Deputado Alex Redano; o nosso Deputado Relator, Jair Montes; o nobre Deputado também que sempre se fez presente, Adelino Follador; meu amigo Arthur, que conheci nos trabalhos desta Comissão, mas está desempenhando um papel brilhante aqui; Anderson Nãnan; Dr. Doca, membros da imprensa também sempre presentes.

Presidente, a minha participação aqui até para não ser muito longa é para novamente deixar claro para a população, que a Defensoria está de portas abertas àqueles hipossuficientes, àqueles que não têm condições de arcar com advogado nem com as custas do processo para estar atuando contra os eventuais abusos cometidos pela Energisa.

Com relação a essa legislação que foi aprovada por esta Casa, sancionada pelo Governador no final do ano de 2009, até por conta dos trabalhos realizados por essa nobre CPI, eu tenho, Presidente e Relator a dizer o seguinte, Deputado Jair: que infelizmente, infelizmente e até a própria advogada também da Energisa, se ela não tem ciência, ela vai ter ciência agora, nós estamos recebendo muitas reclamações na Defensoria Pública, dessa legislação, não está sendo respeitada pela Energisa. Essa legislação estadual aprovada por esta Casa, por mais que haja questionamentos judiciais como disse aqui o nosso nobre Procurador da Assembleia não há decisão judicial em

contrário, ou seja, trata-se de legislação vigente e eficaz com presunção de constitucionalidade até que algum Tribunal declare o contrário, o que não ocorreu até agora. Correto, doutor? Então assim, eu fico muito satisfeito em ver o andamento dos trabalhos aqui da CPI, esta Casa realmente está de parabéns, eu fico impressionado com tamanha proatividade dos membros, com tamanha vontade de atuar em prol da população e mais uma vez quero colocar aqui para a população rondoniense a Defensoria Pública à disposição para resolver qualquer tipo de dúvida ou problema jurídico que vocês possam vir a ter. Com isso Presidente, eu encerro a minha fala aqui nesta CPI. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado Dr. Sérgio.

Nobres amigos, nós precisamos agora fazer um alinhamento das datas principalmente para ouvir a Energisa, eu penso que seria no último dia antes de fechar o relatório, mas, estou aqui para ouvir sugestões de vocês também, se fora ouvir a Energisa se tem mais algum órgão, alguma situação que os Deputados gostariam de convocar.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Alex, o Procurador agora está citando aqui que continuam desrespeitando as Leis que estão em vigência, não é? Eu acho que nós tínhamos que, não sei, ver o caminho aí junto ao Ministério Público que eles são fiscalizadores da Lei, eu acho que teria que fazer uma visita ao Ministério Público ...

O SR. ARTHUR FERREIRA VEIGA - Muito bem lembrado Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Convocar o Ministério Público para que ele faça-os cumprirem a Lei, é aquilo que o Doutor falou, se eles não concordarem eles têm que ir a Justiça...

O SR. ARTHUR FERREIRA VEIGA - Cabe ressaltar que nas três Leis há estipulação de multa. Então, cabe também ao PROCON fiscalizar e cobrar essa questão das multas.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Estava conversando aqui, o PROCON, eu não sei como é que ele está, se já está estruturado para isso, mas, eu acho que o Ministério Público é fiscalizador da Lei, nós temos que juntar essas provas e provocar para que ele entre na briga, eu acho que é muito importante, eu não sei, aí a questão jurídica é com vocês aí, mas, nós não podemos servir de palhaço aqui não, eu acho que a partir do momento que eles estão desrespeitando a lei que está em vigência, eles estão desrespeitando o Poder Legislativo, está desrespeitando o Estado de Rondônia.

O SR. ANDERSON DOS SANTOS MENDES - Deputado, só para contribuir, nós estivemos no Ministério Público, Deputado Jair, e o Ministério Público esteve muito aberto a esta questão. Inclusive já tinham conversado com os dirigentes da empresa sobre o cumprimento de leis. Então como na advocacia privada também a gente tem visto muito o descumprimento da lei estadual, a nossa saída seria o Ministério Público, Defensoria, e outras vias de denúncia fazerem um arcabouço de denúncias, e o MP entrar com o

procedimento. Não vejo outra saída, porque o próprio PROCON não tem condições hoje de fazer isso, ainda.

O SR. SÉRGIO MUNIZ - Eu imaginei, Dr. Anderson, tão logo encerrassem os trabalhos da CPI, a Defensoria vai apresentar um relatório dos atendimentos realizados, vai apresentar um relatório do andamento dos processos, até porque são processos públicos, e nós vamos dar ciência à relatoria da CPI. Mas, nada impede também que enviemos ofício ao PROCON para aplicação das multas.

O SR. ANDERSON DOS SANTOS MENDES - A questão é que nós estamos falando de leis constitucionais. Não há o que se falar. Então não tem que se esperar que daqui a 30, 60 ou 90 dias, quem deve cumprir a lei espere 90 dias para cumprir a lei. Não. Tem que ser cumprida agora.

O SR. SÉRGIO MUNIZ - Claro. Até porque nada impede do PROCON, o pessoal do PROCON não está aqui, não é? Mas, nada impede, tão logo ela tome ciência desses fatos, que aplique as devidas multas com base na legislação estadual que está em vigor.

O SR. ANDERSON DOS SANTOS MENDES - Só em relação à questão da retirada do relógio, hoje para se ter o direito ao que a lei reservou ao cidadão, tem que se chamar a polícia. Quer dizer: "não tira meu relógio sem prévia notificação". "Não. Vou tirar". "Então eu chamo a polícia". A polícia é quem está fazendo cumprir a lei no Estado de Rondônia. A lei por si só não vale.

O SR. ARTHUR FERREIRA VEIGA - Só para lembrar que no final do ano passado o Ministério Público comunicou à CPI a abertura do inquérito civil e ontem eu fiz um ofício, encaminhei um ofício ao Ministério Público para saber em que pé anda esse inquérito civil para providências, justamente pelo descumprimento dessas normas sem qualquer justificativa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Meus amigos, dar um encaminhamento aqui. Ou a CPI, nós fazemos uma visita oficial ao Procurador-Geral do Estado, ou convidá-los para virem aqui. Mas, eu acho interessante nós irmos lá. Então eu gostaria de...

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Já pode fazer essa deliberação?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Precisa por em votação?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Seria bom.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vou por em votação e depois a assessoria já entra em contato.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Faz de maneira oficial.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Uma agenda oficial dos membros da CPI com o Procurador-Geral de Justiça do Estado, o senhor Aluildo.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Eu vou dar aqui, Presidente, uma sugestão, que a gente não conseguiu fazer; eu fiz como Relator, mas, eu gostaria que fosse toda a Comissão, os Deputados que fazem parte da CPI; não só o MP, mas, também o Tribunal de Justiça, que nós façamos uma visita de trabalho ao Ministério Público, e também vamos convidar..., a Defensoria Pública vai nos acompanhar, e também visitar o novo Presidente do TJ, Desembargador Kiyochi, e seria...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos então colocar um encaminhamento.

O SR. ANDERSON DOS SANTOS MENDES - Lembrando de nessa audiência convidar que o PROCON e a Defensoria estejam junto também. PROCON e Defensoria.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos lá, então? Deliberar aprovação dos membros para que se faça uma visita oficial à Presidência do Tribunal de Justiça, acompanhado da Defensoria Pública e também do PROCON. E essa visita à Presidência do Tribunal de Justiça e também ao Procurador-Geral do Estado de Rondônia, Procurador-Geral de Justiça, o senhor Aluildo.

Como votam os Deputados? Como vota, Deputado Jair Montes?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - A gente já tem data ou vai marcar a data ainda?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não. Aí tem que ligar para ver que data eles podem, não é? Primeiro nós temos que ver que dia nós podemos. Semana que vem, não, não é? carnaval.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Depois, depois. Dia 4, não é? Estamos aqui. Eu não estou aqui do dia 11 a 14, eu estou no dia 3 a semana todinha, 3 a 7.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Olha, fora semana que vem, na outra semana, que dia que é terça-feira que vem?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - 3, 4, 5.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu penso na semana entre os dias 3, 4 e 5.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Terça, quarta e quinta.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - E tem que olhar a agenda deles, se eles têm disponibilidade nos dias 3, 4 e 5.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Eu tenho certeza que sim, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Ok? Fica aprovado, então.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Eu voto sim.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Mas, eu acho que nós deveríamos também mandar à Casa Civil, ao Governador, ver o que está sendo providenciado no PROCON, o que foi providenciado depois daquelas discussões que nós fizemos, para estruturar o PROCON, para que ele faça o papel dele.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Marcar também uma visita oficial ao Governador, a CPI com o Governador e Casa Civil.

O SR. ADELINO FOLLADOR - O Governador e Casa Civil para que ele agilize. É uma vergonha o Estado de Rondônia

não ter um PROCON para..., estão enrolando porque nós estamos...o PROCON tem tudo para...

O SR. JAIR MONTES (Relator) - E que nessa reunião com o Governador e a Casa Civil, com a presença do IPEN e do PROCON.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Que aquilo que é competência do Estado...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Então uma nova votação. Vamos votar novamente e acrescentar este item. A terceira visita seria ao Governador do Estado de Rondônia, acompanhado da Casa Civil, IPEN e PROCON.

Deputado Jair votou favorável, Deputado Adelino também e o Deputado Crispin também vota favorável.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Nós vamos aqui, Deputado Crispin, uma visita da Comissão, junto ao Procurador do MP, Dr. Aluildo; ao Presidente do Tribunal de Justiça; ao Governo do Estado com a Casa Civil junto com o IPEN e PROCON, para saber o que é que o Governo está fazendo para melhorar...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Estruturar.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Estruturar.

O SR. ALEX REDANO (Relator) - Fica aprovado preferencialmente nos dias 3,4 e 5.

Nossa, em março, nós já estamos em março? Acabou o ano.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Daqui a pouco o senhor assume a Presidência da Casa. Eu tenho alguns requerimentos para serem aprovados, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra o Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Requerer a Secretaria Geral que providencie junto a Agência de Publicidade desta Casa a produção de um vídeo institucional abordando os avanços da CPI até aqui. De maneira institucional para passar nos meios de comunicação, às leis que a Assembleia tem aprovado para a população ficar ciente e consciente.

O SR. ALEX REDANO (Relator) - Coloco em votação, antes só não deixar esquecer nós não fizemos a leitura do material de expediente, mas, se o Deputado Jair permitir, porque vai que nós esqueçamos não é? Vamos fazer primeiro essa leitura.

Com a palavra o Deputado Ismael Crispin. Queria antes também, registrar a presença do nosso Procurador Geral Adjunto da Casa, Dr. Luciano. Muito obrigado pela presença.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - POLÍCIA CIVIL. Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Assunto: Resposta ao Ofício nº 033 - Solicitação de informações. Senhor Presidente. Ao tempo em que o cumprimentamos, vimos por meio deste esclarecer os questionamentos feitos referentes às perguntas concernentes às ações desenvolvidas pela empresa Energisa junto à população do Estado de Rondônia. 1) Quantas ocorrências foram registradas junto a Polícia Civil do Estado de Rondônia por parte da concessionária de energia elétrica (Energisa ou CERON) com intuito de apurar furto de energia a partir de agosto de 2018. Quantos concluídos com indiciamento? Do mês de agosto de 2018 até setembro de 2019, foram registradas 132 (cento e trinta e duas) ocorrências no Estado por parte da concessionária, destas, 17 foram indiciados e estão em tramitação. 2) Quantas ocorrências foram registradas pelos consumidores de energia elétrica em face da Energisa/CERON, a partir de agosto de 2018, relatando ofensas aos direitos do consumidor ou infundada de furto de energia? Desses quantos foram concluídos com indiciamento. Do mês de agosto de 2018 até setembro de 2019, foram registradas 76 ocorrências por parte dos consumidores com relação a ofensas contra os direitos dos consumidores e infundada em furto de energia, por parte dos consumidores, estão em apuração aproximadamente 53 (cinquenta e três). 3) A Polícia Civil recebeu alguma informação ou registro de ocorrência relatando a ocorrência de ato que em tese configure crime por parte da Energisa? Se sim, quais são esses atos? Conforme os números elencados no questionamento anterior. Quanto à solicitação de cópias de ocorrências policiais à Comissão Parlamentar de Inquérito, informamos que devido ao que dispõe a Lei de Acesso a Informação, por

conterem informações pessoais daqueles que registraram a ocorrência, estas não podem ser fornecidas ou divulgadas sem o conhecimento e autorização expressa da pessoa que registrou. Samir Fouad - Delegado-Geral de Polícia Civil de Rondônia.

- CERTIDÃO. Certifico que na data de hoje, suspende-se os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com a finalidade de investigar e apurar possível irregularidade e práticas abusivas contra os consumidores de energia elétrica no Estado de Rondônia, criada em Sessão Ordinária, de acordo com o Requerimento nº 519, de 17 de setembro de 2019, e constituída pelo ATO nº P/019/2019-P/ALE. Em virtude do encerramento das atividades legislativas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme ATA nº 123 da 65ª Sessão Extraordinária do dia 10 de dezembro 2019. Dessa forma, ficam suspensos os prazos regimentais relativos aos trabalhos da CPI, com fundamento no Art.30 § 4º do Regimento Interno, retornando as atividades parlamentares no dia 18 de fevereiro de 2020. Deputado Jair Montes.

- CERTIDÃO. Certifico, para os devidos fins, que nesta data foi dada vista da Certidão de encerramento das atividades legislativas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, à Dra. Mariana Maria Martins de Lima, OAB/RO 4419, em atenção às prerrogativas decorrentes da Lei nº 8906/94.

- CERTIDÃO. Certifico para os devidos fins, que nesta data foi disponibilizado, por meio digital, atas taquigráficas abaixo relacionadas para o Secretário-Geral Arildo Lopes Silva, conforme autorizado pelo Secretário Legislativo Dr. Hélder. Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Ata da 1ª Reunião Ordinária, Ata da 6ª Reunião Ordinária.

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. A sua Excelência Deputado Jair Montes. Assunto: CPI/Energisa.

Senhor Relator, cumprimentando cordialmente nos termos do artigo 26, parágrafo 1º da Lei 8.625/93, combinado com o artigo 43, § 1º da Lei Complementar 93/93, do artigo 17 da Resolução 05/2010, encaminho a Vossa Excelência Ofício nº 495/2019, subscrito pela Promotora de Justiça Daniela Nicolai de Oliveira Lima, 11ª Promotoria de Justiça de Porto Velho, para conhecimento e providências que julgar cabíveis.

- GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA/SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS. Excelentíssimo Senhor Deputado Jair Montes, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, Recomendação Legislativa.

Senhor Deputado, ao tempo que apresentamos nossos cumprimentos em atenção à Recomendação Legislativa 05/2019, informamos que foi instaurado um Processo Administrativo nº 0030557340/2019-79, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, encaminhamos o despacho da SEFIN 9488156, expedido pelo Coordenador da Receita Estadual, o qual informa que a expedição da certidão negativa ou positiva com efeito de negativa em favor da empresa

Energisa S.A. já está sendo realizada conforme recomendado, ou seja, em cumprimento as determinações judiciais.

- GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA/CASA CIVIL. A Sua Excelência Deputado Ismael Crispin, em resposta ao Requerimento parlamentar. Senhor 1º Secretário, ao cumprimentar vimos acusar recebimento no dia 07 de outubro de 2019 do Requerimento 531/2019 de autoria do Deputado Jair Montes. Encaminhado por meio do ofício 1379/2019, de 24 de setembro de 2019. O qual requer informações a respeito da situação fiscal e tributária da Ceron/Energisa para com os cofres públicos do Estado de Rondônia. Não obstante, com competente cumprimento nos termos do artigo 172, combinado com o caput e § 2º do artigo 179 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, expedimos a Vossa Excelência cópia do Ofício 6983/2019, da SEFIN, oriundo da Secretaria de Estado e Finanças. Alteia-se que, esta Diretora Técnica Legislativa da DITEL, coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos suplementares, na oportunidade elevamos protesto especial de estima e distinta consideração.

- MEMORANDO 138/2019 DO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO PARA SECRETARIA LEGISLATIVA. Senhor Secretário, em atenção ao memorando 019 da CPI de 2019, que solicita ao Setor Legislativo que encaminhe ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, todas as informações necessárias, se possível, sob processo de federalização da Ceron, informo que em consulta aos registros do SAPL, identificamos as seguintes matérias legislativas: (...), Informo ainda que consta o registro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as razões que

culminaram com a demissão da diretoria das Centrais Elétricas de Rondônia, averiguar os contratos com a empresa Guascor do Brasil e rever todo o processo de federalização da empresa instituída pelo ato nº 751/1999, de 15 de abril de 1999. Cujos documentos produzidos encontra-se arquivados em 24 caixas de arquivos sob a guarda do Setor de Arquivo e Documentação. Maria Aparecida da Silva, Diretora de Departamento Legislativo.

- CERTIDÃO. Conforme autorização do Dr. Arthur Ferreira Veiga, Advogado desta Casa de Leis, certifico para os devidos fins, que nesta data foi disponibilizada cópia integral da parte pública do processo, referente à Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades, práticas abusivas contra o consumidor de energia elétrica no Estado de Rondônia. Para a Dra. Mariana Maria Martins de Lima OAB/RO 4419, Advogada representante da empresa Energisa, em atenção às prerrogativas decorrentes da Lei 8906/1994.

- MEMORANDO 50/2020 DO GABINETE DO DEPUTADO JAIR MONTES PARA A SECRETARIA GERAL. Presidente da CPI Energisa.

Assunto: CPI/Energia, Excelentíssimo Senhor Deputado, com meus cumprimentos, requeiro a Vossa Excelência, que seja oficiado a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional/Rondônia, solicitação de indicação de membro como especialização em Direito de Energia, para participar dos acompanhamentos dos trabalhos da CPI e contribuir com a elaboração do relatório final da CPI/Energisa. Deputado Jair Montes. Relator.

Não há mais matéria a ser lida, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - "Memorando de autoria do gabinete do Deputado Jair Montes. Com meus cumprimentos, requeiro a Vossa Excelência, que seja oficiado a OAB, solicitação de indicação de membro com especialização em Direito de Energia para participar dos acompanhamentos dos trabalhos da CPI e contribuir com a elaboração do relatório final da CPI/Energisa. Atenciosamente Jair Montes".

Coloco em votação aos nobres Deputados. Como vota o Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR - É convidando, não é?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - É convidando.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Aprovo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente)- De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Jair Montes, que é o autor.

O SR. JAIR MONTES (Relator)- De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fica aprovado. Só justificando o convite.

O SR. JAIR MONTES (Relator)- Só justificando aqui, que recebi ontem a visita do Presidente da OAB, que é o Dr. Elton Assis. E ele tem nos seus quadros lá da própria OAB, uma pessoa que é especialista nessa questão aqui de Direito do Consumidor, energia elétrica e tudo mais. Então falei: então vamos aproveitar e trazer esse advogado para nos ajudar. Também todo profissional será bem-vindo para que nós possamos fazer um relatório bem técnico do encerramento da nossa CPI.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais algum encaminhamento?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Requerimentos. Vamos lá de novo.

O vídeo, requerer à Secretaria Geral que providencie junto à agência de publicidade desta Casa a produção de um vídeo institucional abordando os avanços da CPI até aqui: as leis que foram criadas para poder a gente dar mais publicidade à nossa população.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em votação. Como vota o Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também aprovado.
Deputado Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fica aprovado.

Próximo Requerimento?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Requerer a solicitação de informações quanto ao convênio AGERO/ANEEL, para saber como é que está sendo feito esse convênio para que nós possamos... AGERO/ANEEL.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em votação.
Deputado Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente)- De acordo. Fica aprovado.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Requerer à SEFIN e PGE quais os valores totais que já estão judicializados até o mês de fevereiro de 2020.

Naquele momento já eram 1 milhão e 100. Eu quero saber; tinha outros valores que a SEFIN falou que..., a PGE falou que a SEFIN não tinha encaminhado ainda. Quero saber se já mandou. Tinha mais 700 milhões. Então, vê se já está... Se passou de "1 e 100", ou se continua naquele mesmo valor.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Por que não, também para a SEFIN mandar ainda o que não está judicializado. Poderia os valores...

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Isso. Ele pode mandar os judicializados e os não judicializados.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Adelino de acordo. Eu também de acordo. Fica aprovado.

Próximo.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Requerer que a Ouvidoria envie relatório completo das denúncias recebidas pelos canais criados aqui por esta Casa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fico também de acordo. Fica aprovado.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Acabei agora de falar com o Deputado Federal Lúcio Mosquini, que é o Coordenador da bancada. E aquilo que o próprio Deputado Crispin deixou aqui, foi o que ele pediu também: a convocação, um convite,

no caso, à bancada federal, para que possamos convidar a bancada junto com a ANEEL, que eles tragam a ANEEL com eles. Então, a gente vai encaminhar esse convite à bancada. E a bancada se responsabilizar para trazer a ANEEL, porque tem o poder de fazer isso. Mas, nós já vamos encaminhar o convite à ANEEL, para a mesma data. Para o dia 16/03, às 9 horas aqui na Casa. Às 9 horas da manhã. 16/03, segunda-feira. Foi o que ele me pediu. O Deputado... O Líder da bancada federal pediu que fosse dia 16/03, às 9 da manhã, que ele consegue trazer os Deputados. É audiência. Os Deputados e os Senadores.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Será aqui neste Plenário?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Não, vamos fazer em um maior, não é? No auditório.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Será que o povo vem?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Auditório.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - É, se não vier, vai ser transmitido. O importante é que a gente vai fazer a nossa parte. E fazer a divulgação.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deixa só uma observação...

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Pode sim.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Esse que nós aprovamos antes, eu acho que os judicializados têm que ser à PGE, encaminhar para a PGE. E os não judicializados, à SEFIN. Só desmembrar esses dois para que mande dois...

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Tranquilo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Isso. Vamos incluir junto à publicidade da Casa, a agência de publicidade divulgar para a população vir em massa.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Sem dúvida.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - E também o Cerimonial fazer convites para as Associações, os Presidentes de Associações de Bairros de Porto Velho, entidades...

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Entidades, todos. Os prefeitos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Os municípios, os prefeitos também. Convidar todos os prefeitos, convidar todos os vereadores também do Estado de Rondônia.

Então, fica para convidar: em Porto Velho, todos os presidentes de bairros, todas as entidades, todas as associações; e no Estado de Rondônia, enviar convite a todos os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do Estado de Rondônia. Coloco em votação. Como vota o Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também de acordo. Deputado Jair Montes também de acordo. Fica aprovado.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - E para encerrar o meu último pedido de Requerimento, requerer na quarta-feira, dia 25/03, às 15 horas, aí eu não sei se é convocação ou se é convite da Energisa. É convite, ninguém pode convocar. O convite à Energisa, os diretores, os donos, os responsáveis pela empresa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - 25?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - 25.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em votação. Deputado Crispin?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - A doutora já está aqui mesmo, ela vai vir de qualquer jeito.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - Só vou, Deputado Jair, definir o que se quer. Se eu entendi a propositura de Vossa Excelência, o senhor quer ouvir a outra parte. Perfeito?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Isso. É.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - Então, por exemplo, eu não posso pegar e falar: "eu vou convidar a Energisa". Eu vou encher aqui. Então ou é o presidente, quem responde por ela, sei lá, dois ou três; define isso. Quem vai falar por ela.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - O Presidente e o responsável pela empresa no Estado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - O Presidente e o Procurador?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - E o Procurador.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - Perfeito.

O SR. ANDERSON SANTOS MENDES - Só deixar esclarecido que o processo já está todo montado, disponível para a empresa, já está apta a fazer cargo do processo, fazer todo o levantamento necessário para o dia 25.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Correto. Inclusive, acho que já pediram esse...

O SR. ANDERSON SANTOS MENDES - Já pegaram cópia?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - Os advogados já pegaram cópia. A doutora também está acompanhando. Eu tenho certeza, mas, aqui a gente também nunca se impôs a não entregar. Aqui é transparente, a empresa se precisar ela pode fazer ...

O SR. ARTHUR FERREIRA VEIGA - Essa semana já foi disponibilizado cópia integral do processo para a Dra. Mariana.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Jair Montes?

O SR. JAIR MONTES (Relator) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também de acordo. Fica aprovado.

Antes de encerrar gente, eu queria falar só uma situação. A população, ela espera muito dessa CPI. Muitos, devido essa morosidade, às vezes cai até em descrédito, mas nós precisamos dar uma resposta à altura que a população merece e confia. Eu tenho um pensamento, um encaminhamento, eu sei que é complexo, mas, se tiver vontade política, se realmente forem comprovados os desmandos e as falhas dessa empresa, que nós vamos entrar com um projeto... a CPI, eu penso que o encaminhamento da CPI, Dr. Arthur, é um projeto para a retirada da empresa do Estado de Rondônia. Agora, o mecanismo, se é encampação, o que é, nós precisamos encontrar um mecanismo para tirar a empresa. Em Goiás, eles estão tirando a empresa de energia elétrica, só que com o

apoio irrestrito do Governador. E essa visita ao Governador, nós vamos ter que pedir ajuda, porque é o que a população espera. Ou melhora a qualidade, ou melhora o atendimento, acaba com o desrespeito aos consumidores ou essa empresa do jeito que está fazendo não é bem-vinda em nosso Estado. Então, nós temos que estar cientes que temos uma grande responsabilidade em nossas mãos. "Ah! Mas se não conseguir?". O que não podemos é cruzar os braços, nós temos que tentar. Nós temos aqui pessoas com grande capacidade jurídica, os Deputados que fazem parte da Comissão, eu quero falar para Vossas Excelências que é uma honra estar nessa missão com Vossas Excelências. Aprendi a admirar e a conhecer melhor cada colega aqui presente e eu penso que nós temos sim capacidade para isso. E que venha uma empresa que respeite o consumidor ou essa empresa que está aí respeite o consumidor. Mas, o que está acontecendo, nem as nossas leis que estão em vigor à empresa vem respeitando. Isso é uma afronta contra o Legislativo e, principalmente, uma afronta contra a população de bem do nosso Estado de Rondônia. Quem estiver errado, como o Deputado Adelino falou, que pague. Aquele que faz gato, que faz coisas erradas, rouba energia, que pague. Mas agora, o cidadão que sofre para conseguir pagar a sua energia e está sendo desrespeitado, isso nós não podemos deixar acontecer. Somos várias cabeças pensantes e precisamos juntos encontrar essa saída.

Meu muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - Senhor Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passo a palavra ao Deputado Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - Só para questão de registro. Eu acho que não podia deixar passar a oportunidade. Fica a questão aí que é uma questão de responsabilidade, é uma questão de justiça. E no processo nós temos duas partes e a gente não pode antecipar o julgamento do processo. Eu acho que o que vier a acontecer vai ter muito e eu quero acreditar e acredito no trabalho do relator Deputado Jair Montes, no esmero Deputado Jair Montes e sua equipe, e a gente tem que ter muito cuidado para não fazer disso aqui decisão política, não fazer nenhuma manifestação nesse sentido. A defesa que se faz aqui, Presidente Alex é uma defesa de justiça. Então, a gente tem que ter muita responsabilidade, porque mesmo que ao final o relatório; não sei se será o caso, mas, se ao final, for uma propositura de encampação ou qualquer outro tipo de processo, mas, que ele seja feito por justiça. Por justiça. Fica aqui o meu registro de preocupação com a fala de Vossa Excelência neste último momento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Esse é o clamor da população. É o que a população espera. Agora, o relatório será embasado tecnicamente. Não estou falando aqui do nosso relatório. Eu estou falando do encaminhamento que a CPI deve tomar, no meu pensamento. Mas, lógico que nós vamos agir dentro das técnicas legislativas. Porque eu sei que nós não podemos, de uma forma pessoal, atacar uma empresa. Mas, aqui eu só estou relatando as vozes das ruas. É o que a população espera e acredita. Mas, muito bem colocado pelo

Deputado Crispin, porque, de repente, algumas falas nossas podem ser mal interpretadas.

Mais alguém gostaria de fazer uma colocação?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Rapidinho, eu gostaria de parabenizar o Deputado Alex, Deputado Crispin, Deputado Jair, mais uma vez, pelos posicionamentos e a população cobra, mas, eu quero deixar mais uma preocupação, que não é só o desrespeito, essa afronta. É fundamental exigir que eles respeitem, mas, as contas de luz, que eram R\$ 200,00 ir para R\$ 700,00 eu quero saber da onde foi tirado, quem era R\$ 700,00 e está pagando R\$ 1.200,00... Ninguém, o percentual que foi dado de aumento, não chega ao patamar. Todo mundo traz as contas e fala: "Eu pagava R\$ 270,00 e foi para R\$ 700,00, foi para R\$ 800,00. Eu pagava R\$ 1.200,00 foi para R\$ 2.000,00. De onde foi tirado isso? Nós temos que exigir da ANEEL uma maneira de fiscalizar isso. O percentual que foi dado de aumento para cada consumidor. Porque lá nos 25, naquilo, naqueles percentuais que foram dados, não tem como aumentar desse jeito. Eu queria saber quanto que arrecadava a CERON antes e quanto está arrecadando a Energisa hoje. Para a gente fazer um balanço para saber quanto que aumentou a arrecadação no Estado de Rondônia hoje.

O SR. JAIR MONTES (Relator)- A gente pode fazer esse pedido aqui já, eu acho um pedido importante.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu acho que nós poderíamos, para a gente saber o que está acontecendo. Porque tem

exageros e exageros. E trazem para a gente e mostram a conta anterior e mostra a conta atual.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - O senhor pode propor o pedido de Requerimento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos, vamos fazer o Requerimento, então.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Quanto está sendo arrecadado hoje e quanto foi...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não. É mês a mês, os últimos três anos antes da entrada da Energisa.

O SR. JAIR MONTES (Relator) - E o tempo que ela começou a operar no Estado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente)- E mês a mês, do tempo que ela operou até hoje.

Como vota o Deputado Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Vice-Presidente) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Jair Montes?

O SR. JAIR MONTES (Relator)- De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também de acordo.
Fica aprovado o Requerimento, então.

Todo mundo entendeu?

O SR. JAIR MONTES (Relator)- Eu quero, antes de Vossas Excelências encerrarem a Sessão, que a gente veio para fazer uma Sessão bem rápida e acabou se prolongando, mas, foi muito bom. Está bem animado ali, o nosso amigo Noronha, o Prefeito, já pensando em quanto vai entrar no cofre do município de Guajará, que é importante, que é um direito seu, é um direito da população do Município. É, tranquilizar o nobre Deputado Crispin, e eu também entendo a preocupação do Deputado Crispin. O Deputado Crispin, além de Deputado, ele é..., eu vou dizer que ele é um advogado, já, não é? Eu sou um rábula. Ele não. Ele já estudou, está se formando e eu tenho certeza de que esse ano ainda estará, de fato e direito, advogado. Então é muito importante o contraditório, a ampla defesa. Isso, com certeza. Por isso que nós vamos ouvindo todos e deixamos a Energisa por último, para ouvir a Empresa. Então a empresa vai se manifestar e, daquilo que nós ouvirmos, daquilo que iremos ouvir, nós vamos emitir o nosso relatório, que, não

é um relatório que vai trazer aqui a absoluta verdade. O relatório, ele veio para ser lido e depois de lido, para ser votado por essa Comissão. E se algum Deputado achar que deva fazer um relatório paralelo, tem todo o direito, também, não tem problema algum. Mas, o importante é que desde o início que nós começamos a abertura da CPI, Prefeito Noronha, e até hoje, a gente não sofreu assim nenhum tipo de intervenção, nem pela Casa, pelo Presidente Laerte, e muito menos pelo Executivo Estadual, o Governo do Estado. E olha que muitas instituições também estão até desesperadas. Até no ano passado: "pelo amor de Deus, vamos receber o dinheiro, que nós temos que pagar a conta". E nós falamos: "Não. Nós não queremos esse dinheiro que vem pela metade. Nós queremos a maneira justa, daquilo que nós temos, Rondônia tem o direito de receber".

Então, esta CPI vem sendo tratada assim com muito carinho, muito respeito e de maneira republicana que é o melhor de tudo, republicana. Algumas ameaças a gente recebe porque, infelizmente, ninguém sabe quem são os apaixonados do lado de lá e do lado daqui, mas, a gente está sabendo conduzir o processo e eu só peço a Deus sabedoria para que nós possamos apresentar um relatório que seja digno para o povo de Rondônia e para a empresa também que presta o serviço a esse Estado. Então no mais eu quero agradecer aqui desde já a Defensoria que contribuiu muito conosco mais uma vez, a esta Casa com os seus servidores e cada Deputado. Então, muito obrigado a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado.

Não havendo mais nada a se tratar, sob a proteção de Deus declaro encerrados os trabalhos da CPI da Energisa no dia de hoje.

(Encerra-se esta Reunião às 15 horas e 50 minutos)

(Sem revisão dos oradores)